

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE LICENCIAMENTO (CTL) DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024

Data: 25/06/2024

Horário: 10h00min às 16h00min

Local: CASAN - R. Quinze de novembro, 230 - Balneário, Florianópolis - SC, 88075-220

I - PARTICIPANTES:

ANAMMA – Ausente
ABES – Aline Sobroza Pedroso e Patrice Barzan
CASAN – Priscila Batista Campos
CIMVI – Ausente
CREA/SC – Fernanda Maria F. Vanhoni
CRQ-XIII – Ausente
EPAGRI – Guilherme Miranda
FACISC – Leticia Lunardi (Secretária Relatora)
FECAM – Schirlene Chegatti (Presidente)
FIESC – Luís Henrique C. da Silva
FLORAM – Murilo Oselame
IMA – Cláudio Soares da Silva
OAB – Manuela Andriani
SDE – Bruno Beilfuss

Convidados:

FAESC - Maicon dos Reis Soares
SIEASC - Rodrigo Souza
SIEASC - Suelen Geremia
SIEASC - Mauro Oladio Jr.

II – ABERTURA E PAUTA DE REUNIÃO:

Às 10h00min do dia 25 de junho de 2024, presencialmente e conforme local acima indicado na convocação, reuniu-se a Câmara Técnica de Licenciamento (CTL), do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, com a presença dos membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil supracitados. Instalados os trabalhos, a Presidente Schirlene Chegatti, iniciou a reunião com os alinhamentos entre os membros, considerando as orientações da Plenária para a análise das contribuições recebidas referente a revisão das Resoluções CONSEMA nº98 e 99 de 2017:

1. Novas solicitações atividades, requisitos e critérios de licenciamento deverão ser incorporados ou analisados nas próximas revisões, face a necessidade de estudos aprofundados para seu estabelecimento;
2. Na reunião plenária de 05/07/2024, serão apresentados e votados apenas os destaques que foram enviados até a data de 23/07/2024;
3. Os conselheiros na reunião plenária, poderão fazer outras considerações, desde que não impliquem em novas solicitações.

Link dos arquivos:

* Pasta reunião CTL (25/06) - Contribuições entidades Plenária:
https://drive.google.com/drive/folders/1kknZettKptB82UYLVYY-fKVQrJOgDFM6?usp=drive_link

1. Leitura e aprovação da ata anterior (06/06/2024);

Encaminhamento: Item retirado de pauta devido a demanda, ATA será aprovada na próxima reunião ordinária.

48 **2. Análise das contribuições recebidas da Plenária das Resoluções CONSEMA nº 98/2017 e nº**
49 **99/2017.Registro do protocolo junto à SEMAE de encaminhamento das revisões das Resoluções**
50 **CONSEMA nº 98/2017 e 99/2017:**

51 A presidente mostrou aos membros da CLT a lista de todas as entidades que enviaram as contribuições
52 recebidas para análise: FIESC, AMREC, SIE, EPAGRI, IBAMA, CRBIO, UNESC, IMA e OAB. As contribuições
53 foram analisadas nesta ordem, visando organizar os trabalhos para tratativa de todas as demandas, e
54 tendo em vista os convidados da Fiesc presentes na reunião.

55
56 **2.1. Discussão acerca do Formulário 08/2024 encaminhado pela FIESC, em nome da SIEASC - SINDICATO**
57 **DA INDÚSTRIA E EXTRAÇÃO DE AREIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, referente à proposta para os**
58 **códigos 00.11.00, 11.00.01, 00.12.00, 12.00.02 e 12.00.03, os quais tiveram suas faixas de produção**
59 **alteradas na Resolução CONSEMA nº 98/2017:**

60 **Discussão:**

61 Do formulário recebido foram avaliadas as seguintes informações: “Considerando-se a similaridade dos
62 métodos utilizados, lavra à céu aberto por dragagem com os códigos 00.13.02, propõe-se um
63 desmembramento deste código, dentro da atividade de lavra à céu aberto por dragagem. Tal sugestão é
64 crucial para eliminar quaisquer ambiguidades no tratamento da resolução para estas atividades que,
65 embora sejam desenvolvidas pelo mesmo método (à céu aberto por dragagem) são muito diferentes no
66 que diz respeito ao local de execução, tornando-se de suma importância sua diferenciação nesse
67 momento, considerando-se as faixas de produções relativas aos demais códigos similares, corrigidas na
68 atual proposta da revisão da Resoluções CONSEMA 98/2017. Este ajuste visa assegurar que os princípios
69 de similaridade e isonomia sejam adequadamente contemplados, proporcionando uma maior clareza na
70 categorização das atividades de mineração de agregados para a construção civil. A proposta já foi
71 debatida nas reuniões ordinárias da CTL do CONSEMA e observou-se que houve uma preocupação com
72 relação a lavra a céu aberto por dragagem, voltada ao leito de rio, em especial a geração turbidez na
73 água com possibilidade de interferência nas captações de água. Desta forma, a sugestão de uma
74 atualização no código 00.13.02 trará uma melhor compreensão das atividades relacionadas. **Sugestão:**
75 **Separar em dois códigos distintos, mantendo-se o código 00.13.02 e incluindo-se o código 00.13.03. Desta**
76 **forma haveria uma distinção das atividades que estavam em um código somente, que são as atividades**
77 **realizadas por dragagem em cava e atividades por dragagem em leito de rio. Assim os códigos passariam**
78 **a ser: 00.13.02 - Lavra a céu aberto por dragagem em cava, se mineral típico de emprego na construção**
79 **civil, independentemente de seu uso e 00.13.03 - Lavra a céu aberto por dragagem em leito de rio, se**
80 **mineral típico de emprego na construção civil, independentemente de seu uso. Esta concepção permite**
81 **perceber mais claramente as atividades relacionadas, possibilitando a alteração das faixas de produção de**
82 **código: 00.13.02 - Lavra a céu aberto por dragagem em cava para Porte Pequeno: PA ≤ 48.000 (EAS),**
83 **Porte Médio: 48.000 < PA ≤ 240.000 (EAS) e Porte Grande: PA > 240.000 (EIA) mantendo a similaridade**
84 **com os demais códigos. Já para o código 00.13.03 - Lavra a céu aberto por dragagem em leito de rio**
85 **seriam mantidas as quantidades como estão propostas atualmente, permanecendo Porte Pequeno: PA ≤**
86 **24.000 (EAS), Porte Médio: 24.000 < PA ≤ 120.000 (EAS) e Porte Grande: PA > 120.000 (EIA). Desta forma**
87 **os receios referentes à turbidez da água em pontos de captação de água nos rios, levantados nas**
88 **discussões, seriam efetivamente superados. Ainda, por meio desta sugestão de alteração, será esclarecida**
89 **uma interpretação equivocada com relação a atividade de dragagem em cava que ocorre em terra firme.**
90 **Salienta-se que a implementação desta sugestão não irá acarretar novos impactos ambientais e sim,**
91 **pode minimizar estes impactos, considerando- se que as mineradoras poderão atender a demanda do**
92 **mercado sem a necessidade imediata de abertura de novas frentes de lavra o que, consequentemente**
93 **impacta novas áreas...A revisão proposta está alinhada com os princípios de similaridade e isonomia,**
94 **visando eliminar ambiguidades na norma e garantir que os empreendimentos similares sejam tratados de**
95 **forma equivalente, conforme discutido nas reuniões do CONSEMA. A mineração é reconhecida como**
96 **atividade de utilidade pública e interesse social pelo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012), pelo**
97 **Regulamento do Código de Mineração (Decreto Federal nº 9.406/2018) e pelo Código Estadual do Meio**
98 **Ambiente (Lei Estadual nº 14.675/2009). Essas legislações reforçam a importância da atividade minerária**
99 **para o desenvolvimento de infraestrutura e para o crescimento econômico e social. Adicionalmente, a**
100 **proposta respeita-se as exigências de EIA-RIMA para a supressão de vegetação de Mata Atlântica**
101 **secundária em estágio avançado e médio de regeneração, conforme a Lei da Mata Atlântica (Lei Federal**

nº 11.428/2006, artigo 32). A minuta em revisão da Resolução CONSEMA 98/2017, atualmente em análise, considerou a necessidade de atualizar as faixas de produção e poderia incluir procedimentos específicos para atividades minerárias, como a distinção entre cava e leito de rio. A distinção proposta entre lavra por dragagem em cava e lavra por dragagem em leito de rio é essencial para mitigar os impactos ambientais específicos de cada modalidade, especialmente no que tange à turbidez da água em pontos de captação nos rios, conforme levantado nas discussões do CONSEMA. Portanto, ao desmembrar o código 00.13.02 em dois novos códigos, a proposta atenderá às diretrizes legais e regulamentares, promovendo uma aplicação mais precisa das normas ambientais e garantindo a continuidade das atividades de mineração com maior segurança e eficiência. Essa medida não apenas harmoniza a legislação existente, mas também reforça o compromisso com a proteção ambiental e a gestão sustentável dos recursos naturais...

Proposta:

Atualizar o código 00.13.02 para uma melhor compreensão separando em dois códigos distintos com aumento das quantidades dos portes dos empreendimentos em apenas um deles (proposta de desmembramento de um código em dois códigos com aumento das quantidades dos portes do código 00.13.02).

Onde lê-se atualmente na minuta de revisão da Resolução CONSEMA nº 98/2017:

00.13.02 - Lavra a céu aberto por dragagem, se mineral típico de emprego na construção civil, independentemente de seu uso.

Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: P Geral: G Porte

Pequeno: PA ≤ 24.000 (EAS)

Porte Médio: 24.000 < PA < 120.000 (EAS)

Porte Grande: PA ≥ 120.000 (EIA)

Altera-se para:

00.13.02 - Lavra a céu aberto por dragagem **em cava**, se mineral típico de emprego na construção civil, independentemente de seu uso:

Porte Pequeno: PA ≤ 48.000 m³/ano (EAS)

Porte Médio: 48.000 < PA ≤ 240.000 m³/ano (EAS)

Porte Grande: PA > 240.000 m³/ano (EIA)

00.13.03 - Lavra a céu aberto por dragagem **em leito de rio**, se mineral típico de emprego na construção civil, independentemente de seu uso:

Porte Pequeno: PA ≤ 24.000 m³/ano (EAS)

Porte Médio: 24.000 < PA ≤ 120.000 m³/ano (EAS)

Porte Grande: PA > 120.000 m³/ano (EIA)"

Considerando as deliberações do plenário acerca de encaminhar novas demandas para próximas revisões, os membros da CTL constataram que o desmembramento infere na criação de novo código, portanto caracterizando nova atividade. Além disso, não foi possível evidenciar o dimensionamento e a diferença entre os impactos de cada atividade no formulário recebido. A decisão por maioria foi conforme supracitada.

Encaminhamento: Por decisão da maioria, será pautado quando do recebimento das informações complementares solicitadas ao requerente, para avaliação na próxima revisão da Resolução CONSEMA.

2.2. Discussão acerca dos Formulários 09/2024 encaminhado pela ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA - AMREC, referente revisão do código 00.12.03 da Resolução CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017:

Discussão: Do formulário recebido foram avaliadas as seguintes informações:

"Atualmente, o licenciamento ambiental para "Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a finalidade de comercialização, requerida diretamente pelo município, e que seja destinada à manutenção e melhorias da malha viária municipal" é realizado pela classificação "00.12.03", sendo que o porte "P" é licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental e deverá apresentar o Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD, conforme Resolução CONSEMA no 144/2019)...Entrou em vigor em 27 de janeiro de 2022, a Lei nº 18.350, que altera o Código Estadual do Meio Ambiente de Santa

156 *Catarina (Lei nº 14.675/2009), cujas principais alterações partiram de demandas que visam compatibilizar*
157 *a Lei Catarinense aos demais dispositivos vigentes. Neste sentido, entre as alterações propostas, está o*
158 *§13 do art. 21 que permitiu que o licenciamento ambiental da extração de substâncias minerais de*
159 *emprego imediato na construção civil, para uso exclusivo em obras públicas executadas por órgãos da*
160 *Administração Direta e autárquica da União, do Estado e dos Municípios, poderá ser realizado mediante*
161 *LAC, desde que não possua finalidade comercial e não implique supressão de vegetação nativa, bem como*
162 *que esteja limitada à produção anual de até 12.000 m³ (doze mil metros cúbicos) e ocorra a recuperação*
163 *da área degradada. O licenciamento ambiental por esta modalidade (LAC – Licenciamento Ambiental por*
164 *Adesão e Compromisso) possibilita que o solicitante encaminhe pela internet a documentação exigida em*
165 *lei para a avaliação ambiental da atividade. O aceite e confiabilidade na responsabilidade técnica*
166 *apresentada pelo empreendedor culminarão na emissão automática da autorização, caso todos os*
167 *requisitos legais sejam cumpridos (Anexo NOTA TÉCNICA SEI No 8202/2023-AR-ET3/DIRC)”.
168*

169 *Proposta:*

170 **Onde lê-se atualmente na minuta de revisão da Resolução CONSEMA nº 98/2017:**

171 00.12.03 - Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a finalidade de
172 comercialização, requerida diretamente por órgãos da Administração Direta e autárquica da União, do
173 Estado e dos Municípios, e que seja destinada à manutenção e melhorias da malha viária municipal.

174 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G

175 Porte Pequeno: PA ≤ 48.000 - O porte "P" será licenciado por meio da expedição de Autorização
176 Ambiental — AuA e deverá apresentar o Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD.

177 Porte Médio: 48.000 < PA < 240.000 (EAS)

178 Porte Grande: PA ≥ 240.000 (EIA)
179

180 **Altera-se para:**

181 00.12.03 - Lavra a céu aberto por escavação e usinas de britagem que não possuam a finalidade de
182 comercialização, requerida diretamente por órgãos da Administração Direta e autárquica da União, do
183 Estado e dos Municípios, e que seja destinada à manutenção e melhorias da malha viária municipal.

184 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: G Solo: G Geral: G

185 Porte Pequeno: PA ≤ 48.000 - O porte "P" será licenciado por meio da expedição de Autorização
186 Ambiental — AuA e deverá apresentar o Projeto de Recuperação de Área Degradada - PRAD.

187 Porte Médio: 48.000 < PA < 240.000 (EAS)

188 Porte Grande: PA ≥ 240.000 (EIA).
189

190 **Esta atividade poderá ser licenciada por meio da expedição de Licença Ambiental por Compromisso –**
191 **LAC, desde que não dependa de supressão de vegetação. (§ 13º do Art. 29 da Lei 14675/2009 e § 4º do**
192 **Art. 36 da Lei 14675/2009.**

193 Face a solicitação se tratar de adequação ao §13 do art. 21 a Lei nº 18.350, que altera o Código Estadual
194 do Meio Ambiente de Santa Catarina (Lei nº 14.675/2009), cujas principais alterações partiram de
195 demandas que visam compatibilizar a Lei Catarinense aos demais. Por decisão unânime da CTL, acatada a
196 alteração solicitada.

197 **Encaminhamento:** A Secretaria da CTL realizou a alteração proposta na revisão das Resoluções CONSEMA
198 nº 98/2017 e nº 99/2017 para envio à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.
199

200 **2.3. Discussão acerca do Ofício N. 81/2024/SIE/DFIS/SEMAM (SGPE SIE N. 19888/2024) encaminhado**
201 **pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade - SIE/SC, referente aplicação de código da**
202 **Resolução CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017:**

203 **Discussão:** Do ofício e documentos anexos recebidos foram avaliadas as seguintes informações:
204

205 *“Conforme deliberação da 216 a Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA, vimos por meio deste*
206 *apresentar contribuições da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade à Minuta de Resolução*
207 *que "Aprova, nos termos do inciso XIII, do art. 12, da Lei 14.675, de 13 de abril de 2009, a listagem das*
208 *atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, define os estudos ambientais necessários e estabelece*
209 *outras providências" de forma a revogar a Resolução CONSEMA nº 98/2017. Em que pese esta Secretaria*

210 tenha demais sugestões de melhorias para a referida Resolução, no presente momento será apresentada
211 manifestação específica referente ao código 33.12.02, o qual julgamos ser o ponto mais crítico da
212 alteração da referida Resolução no que tange às obras de infraestrutura viária, trazendo impactos
213 negativos principalmente sob o aspecto da burocratização frente ao ínfimo ganho ambiental.
214 Na Resolução CONSEMA nº 98/2017, o código 33.12.02 era apresentado da seguinte forma:
215 33.12.02 - Restauração e melhorias de rodovias pavimentadas.
216 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M
217 Porte Pequeno: $30 < L \leq 50$ (RAP)
218 Porte Médio: $50 < L < 100$ (RAP)
219 Porte Grande: $L \geq 100$ (EAS)
220 O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio
221 da expedição de Autorização Ambiental - AuA.
222 Na atual Minuta esse mesmo código sofreu algumas alterações, passando a constar da seguinte forma:
223 33.12.02 - Manutenção (Operação) Restauração e melhorias de rodovias
224 pavimentadas.
225 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M Porte
226 Porte Mínimo: $L < 30$ - Será licenciado por meio de expedição de
227 Autorização Ambiental – AuA
228 Pequeno: $30 \leq L \leq 50$ (RAP)
229 Porte Médio: $50 < L < 100$ (RAP)
230 Porte Grande: $L \geq 100$ (EAS)
231 O porte inferior ao caracterizado como porte "M" poderá ser licenciado por
232 meio da expedição de Licença Ambiental por Compromisso – LAC, desde
233 que não dependa de supressão de vegetação. (§4º do Art. 36 da Lei
234 14675/2009.)
235 Nota-se, portanto, a inclusão do termo "Manutenção (operação)", para o qual entendemos a sua não
236 pertinência e conseqüente necessidade de remoção, conforme será embasado a seguir.
237 A manutenção/operação das rodovias estaduais é contemplada nas Licenças Ambientais de Operação
238 (LAO), seja uma LAO específica de algum trecho, sejam as LAOs das Coordenadorias Regionais de
239 Infraestrutura, que contemplam os trechos em operação. A Malha Rodoviária Catarinense possui 6.288,7
241 km de rodovias sob jurisdição estadual, incluídas nas LAOs das Coordenadorias Regionais, sendo 1.137,5
242 km de vias não pavimentadas e 5.151,2 km de rodovias pavimentadas. Nesse sentido, operacionalizar os
243 mais de 6 mil quilômetros de rodovia, significa manter em condições seguras as rodovias catarinenses,
244 sendo que as atividades de operação abarcam ações de baixíssimo impacto ambiental. Na descrição das
245 próprias licenças de operação vigentes considera-se a manutenção das rodovias como processo
246 sistemático de correção, por meio de atividades corriqueiras e de emergência... Nesse contexto, tendo em
246 vista que as LAOs existentes já contemplam essas atividades, que são consideradas corriqueiras e
247 essenciais para garantir a segurança e a operacionalidade de toda a extensa malha rodoviária do estado,
248 entende-se como inviável incluir as atividades de manutenção (operação), sejam elas quais forem, como
249 atividade passível de licenciamento ambiental, nos termos expostos no código 33.12.02, em que para o
250 porte mínimo, ou seja, rodovias com extensão até 30 km devem ser licenciadas por meio de Autorização
251 Ambiental, e a depender do porte a necessidade de elaboração de estudos ambientais. Destacamos ainda
252 o Decreto no 2.095/2014, que dispõe sobre a definição de obras de infraestrutura rodoviária no âmbito do
253 Estado e estabelece outras providências. O referido Decreto, em seu artigo 2º, informa que ficam
254 dispensadas de qualquer ato autorizativo ambiental as obras de manutenção e de revitalização com
255 extensão inferior a 30 km (trinta quilômetros). **Dessa forma, a alteração proposta no código 33.12.02**
256 **estaria contrapondo o disposto no Decreto.** Por fim, concluiu-se que tal alteração não trará ganhos
257 ambientais, já que as atividades a serem desenvolvidas na manutenção/operação apresentam impactos
258 reduzidos..."
259
260 Em análise ao pleito os membros da CTL averiguaram que tal alteração poderia implicar em não
261 consonância com demais normas do segmento, bem como não resultar em ganhos ambientais. Desta
262 forma, por unanimidade, decidiu-se manter a redação original.
263

264 Quanto a solicitação de não licenciar a atividade 33.12.02 - Restauração e melhorias de rodovias
265 pavimentadas, exceto das vicinais ou sobre vias urbanas consolidadas quando se tratar de via vicinal ou
266 sobre via urbana consolidada, entende-se que já se trata de rodovias existentes e, portanto, já estaria
267 implícita tal situação. Contudo, a CTL se mantém à disposição para avaliar a tal condição, mediante
268 informações mais detalhadas que impliquem em entendimento contrário ao disposto.

269 **Encaminhamento:** A Secretaria da CTL manteve a redação original, acatando a proposta da SIE na revisão
270 das Resoluções CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017, para envio à Secretaria do Consema antes da reunião
271 plenária.

272

273 **2.4. Discussão acerca do ofício encaminhado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural**
274 **de Santa Catarina - EPAGRI/FAESC/FETAESC/OCESC, referente aplicação de código da Resolução**
275 **CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017:**

276 **Discussão:** Do ofício e documentos anexos recebidos foram avaliadas as seguintes informações:

277

278 *“Realizou-se no dia 11 de junho de 2024 uma reunião entre as instituições representativas do setor*
279 *agropecuário do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA para discutir as propostas de revisão*
280 *das Resoluções CONSEMA no 98 e 99, com especial atenção para aquelas que afetam diretamente o setor*
281 *agropecuário catarinense...durante a reunião discutiu-se as alterações apresentadas nas revisões das*
282 *Resoluções CONSEMA no 98 e 99. Foram discutidos e esclarecidos os pontos das mudanças que afetam*
283 *diretamente o setor agropecuário catarinense. Não havendo objeção pela redação proposta das*
284 *resoluções. Entretanto, observou-se nas propostas apresentadas para as revisões das Resoluções*
285 *CONSEMA no 98 e 99, que os prazos de regularização de atividades ainda não licenciadas são muito*
286 *pequenos, conforme proposto no Parágrafo Único do Artigo 44 da Minuta de Revisão Resolução CONSEMA*
287 *98 e no Artigo 3o da Minuta de Revisão Resolução CONSEMA 99. Conforme discutido em reunião, este*
288 *prazo deveria ser estendido para atividades ou empreendimentos que não necessitavam de licenciamento*
289 *e com a aprovação e publicação destas resoluções passam a necessitar. Justifica-se este aumento de prazo*
290 *para regularização das novas atividades, visto que não existem instruções normativas dos órgãos*
291 *licenciadores para auxiliar os empreendimentos neste processo de regularização, particularmente para a*
292 *nova atividade de Algicultura e Equinodermocultura (código: 03.33.01). Como exemplo deste caso*
293 *específico levantado pelo setor agropecuário catarinense, a algicultura tem se expandido*
294 *significativamente no litoral do estado desde 2020. Atualmente, 23 produtores profissionais praticam essa*
295 *atividade, com uma produção anual de 300 toneladas de algas, conforme o Levantamento Anual da*
296 *Produção de 2023, publicado pelo Observatório Agro Catarinense - Epagri/CEPA. Essa atividade é*
297 *desenvolvida em parques aquícolas no Litoral Catarinense, sob supervisão do Ministério da Pesca e*
298 *Aquicultura - MPA, que também é responsável pelo requerimento do licenciamento ambiental dessas*
299 *áreas. Diante deste fato, as instituições através de seus representantes apresentam a seguinte*
300 *sugestão:*

301 *Documento: Minuta de Revisão Resolução CONSEMA 98*

302 *Tipo de Emenda: Modificativa*

303 *Artigo: 44o*

304 *Parágrafo: único*

305 *Redação Original:*

306 *Parágrafo Único. Os empreendimentos e atividades em implantação ou operação que estão sujeitos a*
307 *licenciamento, terão prazo de até 01 (um) ano após a publicação desta, para atender as diretrizes e*
308 *estar de acordo com esta Resolução.*

309 *Redação Proposta:*

310 *§1o Os empreendimentos e atividades em implantação ou operação que estão sujeitos a licenciamento,*
311 *terão prazo de até 01 (um) ano após a publicação desta, para atender as diretrizes e estar de acordo com*
312 *esta Resolução.*

313 *§2o Os empreendimentos e atividades em implantação ou operação que não constavam na resolução*
314 *Resoluções CONSEMA no 98/2017 e no 99/2017 e passam a serem licenciados diante desta resolução,*
315 *terão prazo de até 02 (dois) anos após a publicação desta, para atender as diretrizes e estar de acordo*
316 *com esta Resolução.”*

317

Em análise pela CTL foram levantadas todas as novas atividades que poderiam ter impacto semelhante ao da Agricultura. Ressaltou-se que para atividades que foram alteradas, já existem normativas prontas para orientar o licenciamento, além de já serem caracterizadas como atividades potencialmente poluidoras de acordo com a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental e possuem outros instrumentos de controle. Além disso, o prazo estabelecido pela CTL para a adequação destas atividades considerou o mesmo prazo original estabelecido em 2017 (01 ano), quando as Resoluções 98 e 99 foram totalmente reestruturadas, implicando em uma soma maior ainda de adequações que esta nova versão.

Redação aprovada:

Resolução 98:

Art. 44. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

§1o Os empreendimentos e atividades em implantação ou operação que estão sujeitos a licenciamento, terão prazo de até 01 (um) ano após a publicação desta, para atender as diretrizes e estar de acordo com esta Resolução.

§2o Os empreendimentos e atividades em implantação ou operação que não constavam nas Resoluções CONSEMA no 98/2017 e no 99/2017, sendo estes: 47.82.03 - Aeródromo, 11.40.02 - Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço e de metais não-ferrosos - exceto móveis, sem tratamento químico-superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão, 11.30.02 – Fabricação de estruturas metálicas, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão, 03.33.00 – Malacocultura e 03.33.01 – Algicultura e Equinodermocultura, e passam a serem licenciados diante desta resolução, terão prazo de até 02 (dois) anos após a publicação desta, para atender as diretrizes e estar de acordo com esta Resolução.

Resolução 99:

Art. 3º Esta resolução entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

§1o Os empreendimentos e atividades em implantação ou operação que estão sujeitos a licenciamento, terão prazo de até 01 (um) ano após a publicação desta, para atender as diretrizes e estar de acordo com esta Resolução.

§2o Os empreendimentos e atividades em implantação ou operação que não constavam nas Resoluções CONSEMA no 98/2017 e no 99/2017, sendo estes: 47.82.03 - Aeródromo, 11.40.02 - Fabricação de artefatos de trefilados de ferro e aço e de metais não-ferrosos - exceto móveis, sem tratamento químico-superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão, 11.30.02 – Fabricação de estruturas metálicas, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão, 03.33.00 – Malacocultura e 03.33.01 – Algicultura e Equinodermocultura, e passam a serem licenciados diante desta resolução, terão prazo de até 02 (dois) anos após a publicação desta, para atender as diretrizes e estar de acordo com esta Resolução.

§3º Restará provisoriamente suspenso, nos termos do Termo de Referência (TR) celebrado entre o Instituto do Meio Ambiente – IMA e a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), o licenciamento ambiental municipal dos empreendimentos e atividades dos códigos 34.16.00 – Antenas de telecomunicações com estrutura em torre ou poste e 34.16.10 – Compartilhamento de estrutura em torre ou poste para antenas de telecomunicações, enquadrados ao referido TR, sujeitando-se, em todos os casos, ao licenciamento estadual, ressalvado o exercício do poder de polícia por parte das municipalidades.

Encaminhamento: A Secretaria da CTL realizou a alteração proposta na revisão das Resoluções CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017 para envio à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.

2.5. Discussão acerca de e-mail encaminhado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, referente aplicação de código da Resolução CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017:

Discussão: Do e-mail recebido foram avaliadas as seguintes informações:

“O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, com a finalidade de contribuir para o processo de revisão da lista das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental estadual e municipal em Santa Catarina e seus respectivos estudos ambientais, conforme deliberação da

372 216a Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA e em resposta à correspondência eletrônica do Sr.
373 Secretário-Executivo, utiliza do presente para encaminhar contribuições preliminares às Minutas de
374 Resoluções que têm por objeto a revogação das Resoluções no 98 e 99/2017....Em Santa Catarina, as
375 atividades de silvicultura, florestamento e reflorestamento de essências arbóreas com áreas superiores a
376 50 hectares estiveram sujeitas ao licenciamento ambiental, sob o código 01.35.00, a partir da Portaria
377 Intersetorial no 1/1992 até a publicação da Resolução do CONSEMA no 98/2017, que deixou de elencá-las
378 em seu Anexo VI.. A exigência de licenciamento ambiental para silvicultura em Santa Catarina estava em
379 consonância com a previsão do Anexo da Resolução do CONAMA no 237/1997 e com a decisão do
380 Supremo Tribunal Federal (STF) na ADI 1086/SC (DJ 10.8.2001), que declarou inconstitucional o art. 182, §
381 3o, da Constituição Catarinense, o qual dispensava de Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) as
382 atividades de florestamento e reflorestamento para fins empresariais. Uma vez que existe o
383 reconhecimento pelo STF da possibilidade de exigir-se, a partir de determinado porte, o EIA das referidas
384 atividades, consequentemente elas estão sujeitas ao licenciamento ambiental. ...Desta forma, utiliza-se
385 do presente para manifestar-se pela inclusão das atividades de florestamento e reflorestamento, código
386 01.35.00, na lista das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental estadual em Santa Catarina, inclusive
387 com a previsão da exigência de EIA para empreendimentos enquadrados nas hipóteses mais restritivas
388 dos incisos XIV e XVII, da Resolução do CONAMA no 1/1986, e outras normas regulamentares. O IBAMA
389 apresentará outras contribuições ao processo de revisão da lista das atividades sujeitas ao licenciamento
390 ambiental estadual e municipal em Santa Catarina por meio de seu Conselheiro perante a Câmara Técnica
391 de Assuntos Jurídicos deste CONSEMA.”
392

393 Considerando as deliberações do plenário acerca de encaminhar novas demandas para próximas revisões,
394 os membros da CTL constataram que a proposta do Ibama infere a criação de novo código, portanto
395 caracterizando nova atividade. Contudo, tendo em vista a relevância do assunto e as recentes alterações
396 na legislação brasileira, os membros da CTL sugeriram manter o assunto em pauta nas próximas reuniões.

397 **Encaminhamento:** Por decisão da maioria, será pautado quando do recebimento de informações
398 complementares.
399

400 2.6. Discussão acerca do e-mail encaminhado pelo CRBio, referente as alterações da Resolução 401 CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017:

402 **Discussão:** Do e-mail recebido foram avaliadas as seguintes informações:
403

404 **“1) Exclusão dos itens “71.60.09” e “71.60.11” da listagem de atividades para inserção em artigo da
405 resolução, visto tratar de autorização para emissão de DARE estadual – CRBio-09 solicita maiores
406 esclarecimentos sobre esta mudança.”**

407 **Discussão:** Estes códigos estavam relacionados à tributação, não havia estudo técnico, tendo sido criado
408 para subsidiar exclusivamente uma taxa. O mesmo tema foi transferido para o Art. 42 do texto.:

409 “Art. 42. A Autorização para destinação final de rejeitos e efluentes, Classe I e IIA, oriundos de
410 outros estados, em aterros, ou por incineração sem aproveitamento energético ou para tratamento de
411 efluentes será objeto de emissão de Documento de Arrecadação Estadual (DARE) pelo órgão ambiental
412 estadual utilizando os parâmetros definidos no Anexo Único, item 9, da Lei Estadual nº 14.262, de 21 de
413 dezembro de 2007.”
414

415 Entretanto, devido a ser uma questão administrativa do órgão ambiental, é necessário parâmetro técnico
416 para emissão da taxa prevista pela Lei Estadual 14262, de 21 de dezembro de 2007. Desta forma a CTL
417 optou por retornar a versão original, inserindo os códigos na listagem de atividade potencialmente
418 poluidoras. **A Secretaria da CTL realizou a alteração na revisão da Resolução CONSEMA nº 98/2017 para
419 envio à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.**
420

421 **“2) Definição de portes mínimos para as atividades Código 01.54 – na ata indicada não há
422 detalhamento sobre essa discussão – CRBio-09 gostaria de entender de onde veio a base para definição
423 do porte mínimo.”**
424
425

426 **Discussão:** Referente à inclusão de “Porte Mínimo”, esta foi efetuada devido à adequação ao parágrafo
427 4º, Art. 29 da Lei Estadual nº 14.675/2009 que não considerou o licenciamento simplificado realizado pela
428 modalidade de licenciamento Autorização Ambiental (AuA), tendo em vista que todas as atividades
429 passíveis de AuA estavam definidas como porte único, mesmo em situações previstas de portes P, M e G.
430 Desta forma foi necessário a adequação da AuA para que o licenciamento simplificado de fase única
431 pudesse ser mantido nas atividades onde havia sua previsão. **A Secretaria da CTL irá enviar a resposta ao**
432 **questionamento à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.**

433
434 **“3) Códigos 34.41.15 e 34.41.17 – o porte mínimo ficou 10 vezes maior do que era anteriormente**
435 **(0,5t/dia passou para 150t/mês). Se fosse para ser mantido o porte anterior e só adequado de dia para**
436 **média mensal, deveria ser 15t. Isso foi intencional, ou um erro de cálculo?”**

437 **Discussão:** Foi realizada a alteração das unidades de toneladas/dia para toneladas média/mês. Quanto
438 aos valores, foram averiguadas médias e comprovado erro de digitação na inclusão de valores médios
439 mensais. **A Secretaria da CTL realizou a alteração na revisão da Resolução CONSEMA nº 98/2017 para**
440 **envio à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.**

441 Nova redação:

442 34.41.15 - Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos ou equiparados, segregados na fonte.

443 Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

444 Porte Pequeno: $15 \leq \text{QMR} \leq 900$ (RAP)

445 Porte Médio: $900 < \text{QMR} < 1500$ (RAP)

446 Porte Grande: $\text{QMR} \geq 1500$ (EAS)

447

448 34.41.17 - Unidade de biodigestão anaeróbica de resíduos.

449 Pot. Poluidor/Degradador Ar: M Água: P Solo: P Geral: M

450 Porte Pequeno: $15 < \text{QMR} \leq 900$ (RAP)

451 Porte Médio: $900 < \text{QMR} < 1500$ (RAP)

452 Porte Grande: $\text{QMR} \geq 1500$ (EAS)

453

454 **“4) Atividades código 00, extração de minerais: não foi identificada a justificativa técnica na ata, para a**
455 **elevação do porte P para o dobro do previsto anteriormente. Trata-se de atividade de grande impacto**
456 **para a fauna do entorno; a elevação do porte P dispensa de EIA, o que reduz as condições do órgão**
457 **ambiental de avaliar os reais impactos à fauna, tendo em vista principalmente a não exigência de**
458 **dados primários de maior qualidade e quantidade.”**

459 **Discussão:** Análise e Resposta ao Formulário nº 23/22, considerando o Relatório elaborado pelo
460 Sindipedras/Sieasc no ano de 2022 e apresentado o relatório técnico contendo os dados comparativos de
461 impactos ambientais e produção: tendo em vista a produção anual conforme segue: ● Porte P
462 enquadram-se 91% das empresas com 13% do volume de produção anual ● Porte M enquadram-se 08%
463 das empresas e com 81 do volume de produção anual ● Porte G enquadra-se menos de 01% das
464 empresas e cerca de 5% do volume anual. Link da reunião onde foram apresentados os relatórios:
465 [Reunião 15 e 16 de maio de 2023](#) e respectiva [ata](#).

466 **A Secretaria da CTL irá ajustar o quadro comparativo incluindo a informação dos relatórios do relatório**
467 **técnico apresentado e enviar a resposta do questionamento à Secretaria do Consema antes da reunião**
468 **plenária.**

469

470 **“5) Fornecer a justificativa para a exclusão do código 01.40.00 e 33.13.05, para melhor compreensão.”**

471 **Discussão:** As justificativas foram apresentadas na reunião ordinária da CLT na data de 02/05/2024, sendo
472 que os documentos estão disponíveis link da [reunião](#), que resumidamente expõe:

473

474 **“Considerando que as Leis Federais 9.638/1981 e 10.165/2000 dispõe sobre a Política Nacional do Meio**
475 **Ambiente e, que o Art.3º da Lei 10.165/2000 instituiu o “anexo VIII” que lista quais são as atividades**
476 **potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, tornando claras as categorias e**
477 **atividades econômicas sujeitas ao licenciamento ambiental em todo o Brasil. Considerando que do “anexo**
478 **VIII” foram excluídas por veto presidencial às atividades agropecuárias, conforme o Veto no 2.099 de 27 de**
479 **dezembro de 2000, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal. Considerando que a**

480 *Lei Complementar 140/2011 não desconsiderou e/ou alterou o mencionado veto. Considerando que*
481 *atividades agropecuárias e atividades agrossilvipastoris são sinônimos. Considerando que o Memorando*
482 *Interno número 11/2019 desta CTL-CONSEMA definiu: “entendeu-se que as atividades agrossilvipastoris*
483 *devem permanecer não sujeitas ao licenciamento ambiental, com fulcro na Lei Estadual n.o 14.675, de 13*
484 *de abril de 2009 – Código Estadual do Meio Ambiente”. Considerando que a reunião conjunta entre CTL e*
485 *CTAJ em 17/11/2021 deliberou pela retirada do código 01.40.00 da Resolução CONSEMA 98/2017.*
486 *Lembremos que quando da criação da Resolução CONSEMA 98 em 2017, após revisão da Resolução*
487 *CONSEMA 13/2012, onde praticamente todas as atividades agrossilvipastoris foram excluídas do rol de*
488 *atividades passíveis de licenciamento ambiental sob a justificativa de que: “Pela alteração do Novo Código*
489 *Florestal e Código Ambiental Estadual de SC os plantios não estão sujeitos à autorização prévia pelo órgão*
490 *ambiental”, decidiu-se, porém, manter o código 01.40.00 dentre as atividades licenciáveis “até que seja*
491 *regularizada a outorga de direito de uso do recurso hídrico para a atividade” (Grifos retirados do*
492 *documento “Grupo de Trabalho do CONSEMA/SC – GT-LICENCIAMENTO – Proposta de Alteração de*
493 *Discussão” de 2017), pois na época as questões de outorga de água ainda estavam indefinidas. Neste*
494 *sentido, informamos que atualmente já é exigido pelo Estado o cadastro de usuário de água, bem como a*
495 *outorga de direito de uso dos recursos hídricos para atividade de “irrigação”, a qual o cultivo de arroz e o*
496 *código 01.40.00 estão diretamente vinculados. O código '33.13.05 - Canais de Irrigação' busca licenciar*
497 *a construção de canais de irrigação que são utilizados na agropecuária, principalmente para os cultivos de*
498 *arroz irrigado. Que se faz necessário devido às obras de escavação de grande porte, revolvimento de*
499 *material, necessidade de definição de bota-fora do material escavado, etc. Referido código foi inserido na*
500 *Resolução CONSEMA-SC 01/2004, portanto há 20 anos, juntamente com diversos outros códigos que já há*
501 *tempos foram extintos. Que o código 33.13.05 não possui aplicabilidade prática no estado de Santa*
502 *Catarina, devido a realidade do estado ser composto por mais de 90%, por pequenas propriedades rurais.*
503 *Que nestas pequenas propriedades rurais o cultivo de arroz irrigado é desenvolvido em sua grande*
504 *maioria por pequenos e médios agricultores familiares, fazendo com que as eventuais construções de*
505 *canais de irrigação sejam de muito pequeno porte, ficando restritos aos domínios de cada propriedade*
506 *rural, onde o material escavado é distribuído nas próprias terras agricultáveis.... Finalmente, destacamos*
507 *o fato de que nosso estado já exige o cadastro de usuário de água, bem como a outorga de direito de uso*
508 *dos recursos hídricos para as atividades de “irrigação”, na qual o cultivo de arroz e o código 33.13.05 estão*
509 *diretamente vinculados, havendo o controle destes pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos. ...*
510 *Mensagem Presidencial de Veto no 2.099 de 27 de dezembro de 2000 referente a*
511 *Lei Federal 10.165/2000.*
512 *Lei Estadual 14.675/2009*
513 *Memorando Interno número 11/2019 da CTL-CONSEMA - GT-*
514 *LICENCIAMENTO*
515 *Reunião Conjunta CTL e CTAJ de 17/11/2021....”*

517 **A Secretaria da CTL irá enviar a resposta ao questionamento à Secretaria do Consema antes da reunião**
518 **plenária.**

520 **“6) Inciso XXXV, Art. 2º da Resolução CONSEMA nº 98/2017: qual a justificativa e impacto da alteração**
521 **feita, incluindo-se o trecho “dentro da linha de base definida pela Marinha”?”**

522 A expressão dentro da linha base definida pela marinha havia sido incluída pela CTL na definição “LII -
523 Sistema de Disposição Oceânica: sistema provido de instalações para o tratamento, transporte e
524 disposição por meio de difusores, destinado ao lançamento de esgotos tratados no mar, dentro da linha de
525 base definida pela Marinha” para diferenciar emissário submarinos, de competência federal, de SDO, de
526 sistemas de disposição oceânica, de competência estadual. Para tal foram estudados os diplomas legais
527 Lei Federal Nº 8.617/1993, Decreto Federal Nº 8.400/2015 e Resolução CONAMA 430/2011. Entretanto,
528 devido a colocação do CRBio tais diplomas foram revisitados pela CTL, e se verificou que não é necessária
529 tal complementação para que o licenciamento ocorra conforme os códigos de atividade listados no anexo
530 6 desta Resolução. Portanto será mantida a versão original. **A Secretaria da CTL irá enviar a resposta ao**
531 **questionamento à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.**

534 ***"7) Alteração do art. 40 para 10 dias úteis: é de grande importância que os órgãos competentes sejam***
535 ***informados o mais rapidamente possível, para que possam atuar conjuntamente e dar orientações aos***
536 ***empreendedores, para que os danos sejam reduzidos o máximo possível. Não faz sentido aumentar***
537 ***esse tempo de comunicação ainda, mais. A comunicação deveria ser imediata!"***

538 A alteração foi realizada com base em priorizar a mitigação, para posteriormente efetuar a comunicação
539 incluindo o relato das ações realizadas. **A Secretaria da CTL irá enviar a resposta ao questionamento à**
540 **Secretaria do Consema antes da reunião plenária.**

541
542 **Encaminhamento:** A Secretaria da CTL irá enviar a resposta dos questionamentos do CRBIO à Secretaria
543 do Consema antes da reunião plenária.
544

545 **2.7. Discussão acerca de e-mail e ofício encaminhado pela UNESCO - Universidade do Extremo Sul**
546 **Catarinense, referente a contribuição às Minutas das Resoluções 98/2017 e 99/2017:**

547 **Discussão:** Do e-mail/ofício recebido foram avaliadas as seguintes informações:
548

549 *"Conforme a minuta de revisão da Resolução CONSEMA 98/2017, foi proposta a inclusão do conceito de*
550 *"Barragem ou reservatório artificial de usos múltiplos que decorram de barramento ou represamento em*
551 *cursos d'água naturais" no Art. 2o da Resolução CONSEMA nº 98/2017... Apesar da inclusão do conceito*
552 *acima ser um avanço significativo, observa-se que para barragens ou estruturas de elevação de nível para*
553 *captação ou derivação de água, que não se aplicará, conforme nova minuta, no código 33.13.03 -*
554 *Barragem ou reservatório artificial de usos múltiplos que decorram de barramento ou represamento em*
555 *cursos d'água naturais, não há um código específico. Considerando que tais estruturas são*
556 *frequentemente utilizadas em regiões rurais, especialmente nas regiões Serras e do Extremo Oeste*
557 *Catarinense, para o abastecimento de água em propriedades agropecuárias ou residenciais, é essencial*
558 *que exista um código específico que trate dessas estruturas... Portanto, propomos a criação de um novo*
559 *código específico para a regularização e licenciamento de estruturas de barragens e elevação de nível*
560 *para captação ou derivação de água na Resolução CONSEMA 98/2017 e a inclusão dessa atividade na*
561 *Resolução CONSEMA 128/2019....*

562 *Código: 33.13.04 - Barragens ou estruturas de elevação de nível para*
563 *captação ou derivação de água.*

564 *Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M*

565 *Porte: Único*

566 *Esta atividade será licenciada por meio da expedição de Autorização*
567 *Ambiental – AuA.*

568
569 Considerando as deliberações do plenário acerca de encaminhar novas demandas para próximas revisões,
570 os membros da CTL constataram que o desmembramento infere na criação de novo código, portanto
571 caracterizando nova atividade. Considerando ainda que se encontra em revisão a Resolução Consema
572 128/2019, a decisão por unanimidade dos membros foi de realizar essa avaliação quando da
573 reapresentação da demanda ao requerente nas próximas revisões das resoluções supracitadas.

574 **Encaminhamento:** Por decisão da maioria, será pautado quando do recebimento das informações
575 complementares solicitadas ao requerente, para avaliação na próxima revisão da Resolução CONSEMA.
576

577 **2.8 Discussão acerca de e-mail encaminhado pelo IMA, contendo RELATÓRIO nº 832/2024/IMA/DILIC e**
578 **OFÍCIO nº 11187/2024/IMA/ANPR e Ofício IMA 24084/2024, referente alterações da Resolução**
579 **CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017:**
580

581 ***"Contribuição 1: Alteração Proposta:***

582 ***De:***

583 ***h) AU(7): área total para parcelamento de solo urbano - área total da gleba a ser parcelada, incluindo***
584 ***as áreas ocupadas por lotes e as demais áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de***
585 ***equipamento urbano e comunitário, à composição paisagística, aos espaços livres de uso público e***
586 ***áreas verdes. Deve ser expressa em hectare (ha);***

587 ***Para:***

588 **h) AU(7): área total para parcelamento de solo urbano - área total da gleba a ser parcelada, incluindo**
589 **as áreas ocupadas por lotes e as demais áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de**
590 **equipamento urbano e comunitário, à composição paisagística, aos espaços livres de uso público, área**
591 **de manutenção de vegetação e áreas verdes. Deve ser expressa em hectare (ha);”**

592 **Discussão:** A sugestão já se encontra em análise na CTL, conforme reunião de 06/06/2024, e, portanto,
593 será mantida em discussão para as próximas reuniões devido à complexidade do tema perante os demais
594 órgãos licenciadores.

595
596 **“Contribuição 2: Limites para fins de impacto em terras indígenas ou quilombolas”**

597 **Discussão:** Considerando a complexidade do tema e a justificativa apresentada, a CTL decidiu por
598 unanimidade que a pauta será abordada na próxima revisão das Resoluções.

599
600 **“Contribuição 3: Não alteração do Código 71.00.00**

601 **Proposta de Alteração:**

602 **Atualmente: 71.00.00 - Serviços de reparação e manutenção de máquinas, equipamentos ou**
603 **veículos, com pintura, exceto manutenção de eletrodomésticos. Potencial Poluidor/Degradador: Ar: P,**
604 **Água: M, Solo: M, Geral: M, Porte: Único.”**

605 **Discussão:** Acatado pela CTL conforme ofício disponível no link da [reunião de 25/05/2024](#), retornar a
606 versão original. Contudo, tendo em vista que a atividade possui atividades potencialmente poluidoras e,
607 portanto, possui impactos ambientais, assim como devido a necessidade de considerar os portes relativos
608 aos potenciais poluidores, essa CTL manterá o tema para aperfeiçoamento nas próximas resoluções
609 mediante a apresentação de dados pelas entidades interessadas. A Secretaria da CTL realizou a alteração
610 proposta na revisão das Resoluções CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017 para envio à Secretaria do
611 Consema antes da reunião plenária.

612
613 **“Contribuição 4: Alteração de Fundação Cultural Palmares (FCP) para Instituto Nacional de Colonização**
614 **e Reforma Agrária (INCRA)**

615 **Texto Atual:**

616 **XLIII - Órgãos interessados no licenciamento ambiental: os órgãos e as entidades públicas**
617 **incumbidos da elaboração de parecer sobre temas de sua competência, nos processos de licenciamento**
618 **ambiental, incluindo os órgãos responsáveis pela gestão de unidades de conservação, a Fundação**
619 **Nacional do Índio (FUNAI), a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto do Patrimônio Histórico e**
620 **Artístico Nacional (IPHAN).**

621 **Proposta de Alteração:**

622 **XLIII - Órgãos interessados no licenciamento ambiental: os órgãos e as entidades públicas**
623 **incumbidos da elaboração de parecer sobre temas de sua competência, nos processos de licenciamento**
624 **ambiental, incluindo os órgãos responsáveis pela gestão de unidades de conservação, a Fundação**
625 **Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto**
626 **do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).”**

627 **Discussão:** Acatado pela CTL conforme ofício disponível no link da [reunião de 25/05/2024](#). A Secretaria da
628 CTL realizou a alteração proposta na revisão da Resolução CONSEMA nº 98/2017 para envio à Secretaria
629 do Consema antes da reunião plenária.

630
631 **“Contribuição 5: Alteração do Inciso III do Art. 17 do Capítulo VI - Dos Prazos e Validades das Licenças**
632 **Proposta de Alteração:**

633 **Art. 17. O órgão ambiental competente estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença,**
634 **especificando-os no respectivo documento, levando em consideração:**

635 **III - O prazo de validade da LAO deverá ser de no mínimo 4 (quatro) anos e no máximo 10 (dez)**
636 **anos.**

637 **§ 5o Na renovação da LAO de uma atividade ou empreendimento, o órgão ambiental competente**
638 **poderá, mediante decisão motivada, aumentar ou diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do**
639 **desempenho ambiental da atividade ou empreendimento, no período de vigência anterior, respeitados**
640 **o limite estabelecido no inciso III no caso de aumento do prazo de validade.”**

641

642 **Discussão:** Não acatado. Conforme discussão na CTL, trata-se de procedimentos administrativos e
643 condições específicas pré determinadas que devem ser avaliadas pelo próprio órgão durante o processo
644 de licenciamento e, portanto, de acordo com a justificativa apresentada conforme ofício disponível no link
645 da [reunião de 25/05/2024](#), não atende ao objeto da modificação. Adicionalmente há de se levar em
646 consideração as práticas administrativas adotadas pelos outros órgãos ambientais licenciadores
647 competentes em Santa Catarina.

648
649 **“Contribuição 6: Exclusão do §1o do Art. 23 e do inciso III do Art. 24.”**

650 **Discussão:** Conforme justificativa apresentada pelo IMA: “A exclusão do §1o do Art. 23 e do III do Art. 24 é
651 necessária, pois o prazo de 5 anos contados a partir da publicação da Resolução CONAMA no 473, de 11
652 de dezembro de 2015, já foi superado. A Resolução foi publicada no DOU no 238, de 14 de dezembro de
653 2015, Seção 1, pag. 121. Assim, o prazo referido já expirou, tornando este parágrafo sem aplicabilidade. A
654 manutenção de um dispositivo legal cujo prazo de vigência já se encerrou pode gerar confusão e
655 interpretações equivocadas, não contribuindo para a clareza e eficácia do processo de licenciamento
656 ambiental. Portanto, a exclusão do §1o visa a atualização e adequação do texto à realidade temporal
657 vigente.” A Secretaria da CTL realizou a alteração proposta na revisão da Resolução CONSEMA nº
658 98/2017 para envio à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.

659
660 **“Contribuição 7: Inclusão da Atividade de Produção de Energia Elétrica Através de Hidrogênio Verde no
661 Rol de Atividades Passíveis de Licenciamento”**

662 **Discussão:** Considerando as deliberações do plenário acerca de encaminhar novas demandas para
663 próximas revisões, os membros da CTL constataram que o desmembramento infere na criação de novo
664 código, portanto caracterizando nova atividade, a decisão por unanimidade dos membros foi de realizar
665 essa avaliação quando da reapresentação da demanda ao requerente nas próximas revisões das
666 resoluções supracitadas. A Secretaria da CTL irá enviar a resposta ao questionamento à Secretaria do
667 Consema antes da reunião plenária.

668
669 **“Contribuição 8: Alteração da Licenciabilidade das Instalações Aéreas de Tancagem Autônoma para
670 Consumo Próprio de Combustíveis Líquidos e Gasosos”**

671 **Discussão:** Conforme ofício disponível no link da [reunião de 25/05/2024](#):

672 “Proposta de Alteração:

673 42.32.20 - Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis
674 líquidos e gasosos.

675 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: P Geral: M

676 Porte Mínimo: VT < 15 - Será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental – AuA,
677 exceto quando houver bacia de contenção metálica, enquadrando-se como não licenciável.

678 Porte Pequeno: 15 <= VT <= 30 (RAP)

679 Porte Médio: 30 < VT < 60 (RAP)

680 Porte Grande: VT >= 60 (RAP)”

681 Consoante discussão ocorrida na CTL o estabelecimento de controle operacionais para mitigar os
682 impactos ambientais da atividade independem da caracterização do potencial poluente frente a natureza
683 da atividade. Ademais, é importante salientar que tais controles para essa atividade são estabelecidos
684 pelas normas ABNT e normas regulamentadoras da segurança do trabalho, que visam além da proteção
685 ambiental, a proteção da saúde de colaboradores no manejo de combustíveis líquidos. Ofício disponível
686 no link da [reunião de 25/05/2024](#) não justifica a alteração proposta. A Secretaria da CTL irá enviar a
687 resposta ao questionamento à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.

688
689 **“Contribuição 9: Alteração do §4o do Art. 21 para Incluir Modalidades de Audiência Pública:**

690 **Proposta de Alteração:**

691 **Art. 21. O órgão ambiental licenciador exigirá: §4o Para toda atividade que exigir o EIA/RIMA para fins
692 de licenciamento ambiental, a audiência pública será obrigatória, podendo ser realizada de forma
693 presencial, virtual (com transmissão pela internet) ou híbrida (presencial e virtual), nos termos da
694 legislação vigente.”**

695

696 **Discussão:** Conforme justificativa apresentada no ofício disponível no link da [reunião de 25/05/2024](#),
697 torna-se importante utilizar os meios tecnológicos mais atuais visando contribuir para a participação em
698 audiências públicas. Entretanto esta CTL avaliou que não seria adequado realizar reunião somente no
699 modo virtual, pois poderia prejudicar a participação da população que ainda não possui acesso aos meios
700 tecnológicos, sendo aprovada a seguinte redação:

701

702 Art. 21. O órgão ambiental licenciador exigirá: ...

703 §4o Para toda atividade que exigir o EIA/RIMA para fins de licenciamento ambiental, a audiência pública
704 será obrigatória, podendo ser realizada de forma presencial ou híbrida (presencial e virtual), nos termos
705 da legislação vigente.”

706

707 **A Secretaria da CTL realizou a alteração proposta na revisão da Resolução CONSEMA nº 98/2017 para**
708 **envio à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.**

709

710 **“Contribuição 10: 71.60.16 - Central de recebimento de resíduos integrados a Sistema de Logística**
711 **Reversa, exceto Agrotóxicos, seus resíduos e embalagens”**

712 **Discussão:** Em discussão na CTL e, devido a argumentações apresentadas pelo IMA diferentes da minuta
713 inicial que foram discutidas, inclusive na CTR, e considerando ainda a necessidade de estabelecer o
714 licenciamento da atividade de forma adequada à periculosidade dos resíduos perante aos controles
715 necessários, sem comprometer o Sistemas já instalados de Logística Reversa, os membros desta câmara
716 decidiram por excluir o código criado nesta revisão, para novas tratativas a partir das informações
717 apresentadas, que deverão ser discutidas nas respectivas câmaras temáticas.

718 **A Secretaria da CTL realizou a alteração proposta na revisão da Resolução CONSEMA nº 98/2017 para**
719 **envio à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.**

720

721 **“Contribuição 11: Transposição de bacia**

722 **Fundamento: A Resolução CONSEMA no 98/2017 inicialmente introduziu a atividade "Transposição de**
723 **bacia" sob o código 33.13.10, sendo posteriormente revogada pela Resolução CONSEMA no 123 de**
724 **2018. Contudo, a mesma resolução de 2018 incluiu a atividade sob novo código, 33.13.21, gerando um**
725 **possível conflito de interpretação quanto à continuidade da exigência de licenciamento para essa**
726 **atividade. Diante deste cenário, solicita-se que o CONSEMA analise a vigência e a necessidade de**
727 **licenciamento ambiental para a atividade "Transposição de bacia" conforme estabelecido pelo código**
728 **33.13.21, levando em consideração a sucessão de normativas e a clareza necessária para orientar os**
729 **procedimentos de licenciamento ambiental no estado.**

730 **Discussão:** Foi averiguado pela CTL que em 2018 houve erro de forma. Verificada a numeração dos
731 códigos 33.13.10 e 33.13.21 da Resolução nº 99/2017 tendo em vista que no Sinfat a sequência não
732 poderia ser utilizada, e que a correção que deveria ter sido implementada pela Resolução nº 112/2017
733 não foi efetivada na sua publicação. Ata CTL de 27 julho, Resolução 123/18. Portanto, como não houve
734 estudos relativos à exclusão da atividade do rol de potencialmente poluidoras passíveis de licenciamento
735 ambiental, é necessário o licenciamento da atividade.

736

737 **“Contribuição 12 do Ofício IMA 24084/2024:**

738 **Atualmente a atividade 03.33.00 – Parque Aquícola – MALACOCULTURA consta tanto na Resolução**
739 **CONSEMA no 98/2017, quanto na Resolução CONSEMA no 99/2017, estando aptos para licenciar a**
740 **atividade os municípios habilitados a partir do nível I de complexidade. No entanto, devido a atividade**
741 **ocorrer em águas interiores, e seus impactos potenciais não ficarem restritos aos limites municipais**
742 **questiona-se a competência do município em licenciar tal atividade. Como forma de ilustrar a situação**
743 **podemos citar as arribadas da macroalga Kappaphycus alvarezii ocorridas na safra de 2023/2024, as**
744 **quais podem ter se desprendido dos cultivos existentes no Ribeirão da Ilha em Florianópolis e chego às**
745 **praias do município da Palhoça. Dessa forma solicita-se que seja retirada da CONSEMA no 99/2017 a**
746 **atividade 03.33.00.” ...**

747 **...sugere-se que o Porte “P” seja licenciado por meio de Autorização Ambiental - AuA, caso a atividade**
748 **seja definida como Maricultura. Caso seja efetuada a divisão da atividade 03.33.00 sugere-se que a**
749 **Malacocultura Porte “P” seja licenciada por AuA e a Algicultura seja licenciada por meio de AuA para**

750 ***todos os portes. Essa medida tornará o licenciamento ambiental dos futuros cultivos mais simples e***
751 ***atrativo para os maricultores ao diminuir os custos com o licenciamento ambiental.”***

752 **Discussão:** Conforme justificativa apresentada no ofício disponível no link da [reunião de 25/05/2024](#), a
753 Resolução Consema 117/2017 e minuta de alteração da Resolução CONSEMA nº 98/2017 dispõe que:

754 *Impacto ambiental de âmbito local: aquele causado por empreendimento cuja área de intervenção (AI) e*
755 *área de influência direta (AID) da atividade estejam localizadas em espaço territorial de um único*
756 *município e cujas características, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da*
757 *atividade ou empreendimento, se enquadrem na tipologia definida pelo CONSEMA.*

758 Desta forma, considerando os registros que demonstraram que a Malacocultura (código 03.33.00) ocorre
759 em águas interiores, assim definidas pela legislação, e que sua área de intervenção não fica restrita aos
760 limites municipais, a atividade não se caracteriza com impacto ambiental de âmbito local, e portanto,
761 neste caso, essa tipologia de atividade deve ser removida da listagem das atividades ou empreendimentos
762 que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, sujeitas ao licenciamento ambiental
763 municipal do Consema, conforme estabelece a letra ‘a’ do inciso XIV do Art. 9 da Lei Complementar
764 n.140/2011.

765 **A Secretaria da CTL realizou a alteração proposta na revisão da Resolução CONSEMA nº 99/2017 para**
766 **envio à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.**

767
768 Quanto à solicitação referente à Algicultura, a solicitação já foi atendida com a criação da atividade e seus
769 respectivos estudos conforme apresentado pela Epagri sob o código:

770
771 03.33.01 - Algicultura e Equinodermocultura.

772 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

773 Porte Pequeno: A(5) ≤ 10

774 Porte Médio: 10 < AU(5) < 40 (RAP)

775 Porte Grande: AU(5) ≥ 40 (RAP)

776 O porte pequeno será licenciado por meio da expedição de Autorização Ambiental - AuA.

777 **A Secretaria da CTL irá enviar a resposta ao questionamento à Secretaria do Consema antes da reunião**
778 **plenária.**

779
780 **Encaminhamento:** A Secretaria da CTL irá enviar a resposta dos questionamentos efetuados pelo IMA à
781 Secretaria do Consema antes da reunião plenária.

782
783 **2.8. Discussão do e-mail e tabela encaminhada pela OAB, referente a revisão das Resoluções CONSEMA**
784 **nº 98/2017 e nº 99/2017:**

785 Do e-mail e tabela encaminhados pela OAB foram analisadas as seguintes informações:

786
787 **1) “Definição de Aeródromo: Art. 2, I Sugere-se verificar se a redação é efetivamente adequada, sob o a**
788 **perspectiva jurídica. Primeiro, para verificar se há definição do termo “aeródromo” na legislação**
789 **específica (ANAC), que poderia/deveria ser empregada. Segundo, para verificar se os termos utilizados**
790 **são adequados e suficientes (por exemplo: “fazenda” não é termo com conteúdo jurídico próprio;**
791 **“sociedades empresárias” não contempla outras formas de pessoas jurídicas, como associações, que**
792 **podem ser utilizadas para estruturar juridicamente aeródromos).”**

793 **Discussão:** A inclusão da definição de Aeródromo para entendimento do novo código criado para a
794 atividade, bem como compatibilização com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) foi estabelecido
795 conforme consta na Ata aprovada CTL-GT 15/04/2024 que registrou: “Considerando a definição da ANAC
796 de Aeroporto e Aeródromo com impactos de instalação e operação equivalentes, diferenciados
797 essencialmente por características como porte da pista e das aeronaves, volume de voos (pouso e
798 decolagem). Verificado o porte e potenciais de acordo com referências de outros Estados e Infraero, na
799 qual se verificou maior similaridade com a Resolução 372/2018 na forma de aplicação dos portes,
800 considerando os portes mínimos para a pista conforme a ANAC. Desta forma se aplicaram os mesmos
801 portes relacionados a demais atividades (Resolução 372/2018 SEMA-RS)....incluída a definição de
802 Aeródromo de acordo com a Anac (link disponível na ata), assim como de outras definições pertinentes ao
803 tema.”

804

2) ***“Definição de “Condomínio”: Art. 2, XXV Sugere-se verificar se a redação é efetivamente adequada, sob a perspectiva jurídica. Primeiro, porque o termo “condomínio” envolve modalidades distintas e com características próprias (a saber: voluntário, legal e edilício), não estando claro se a redação proposta pretende abranger todas elas ou não. Segundo, porque a redação proposta contém trechos para os quais não há clareza acerca do conteúdo jurídico ou quanto ao seu objetivo (por exemplo, o trecho “com ou sem constituição legal de condomínio).”***

811

Discussão: A inclusão da definição de Condomínio se deu como base na origem do texto da Lei Federal nº 4591/1964 (Art. 1º). *“Para fins de esclarecimento, ficam estabelecidas as seguintes definições: “Unidades isoladas entre si: casas, apartamentos, salas comerciais, galpões, entre outros;” e “Áreas comuns: acesso, infraestrutura, serviços, áreas de lazer, entre outras”, conforme consta na Ata aprovada CTL-GT nos dias 13 e 14/03/2023, que teve o objetivo abranger os empreendimentos com esta características visto que o impacto ambiental independe da constituição legal ou não de condomínio.*

816

817

818

3) ***“Definição de “Certidão de Conformidade Ambiental” e de “Declaração de Atividade Não Constante”: Art. 2, XXVI e XXVII. Sugere-se verificar se é efetivamente adequado o trecho final da redação proposta (“não se configura como documento autorizativo para instalação, operação ou ampliação da atividade ou empreendimento”). Compreende-se que as atividades associadas a tais declarações podem ter sua instalação, operação e ampliação condicionadas a atos administrativos de outras naturezas, conforme o caso (por exemplo: alvará de construção, habite-se, autorização de funcionamento etc.). Entretanto, a inclusão do trecho mencionado pode levar à conclusão de que haveria a necessidade de emissão de algum outro documento de cunho ambiental propriamente dito para a instalação, operação ou ampliação de tais atividades, o que é fator de insegurança jurídica.”***

827

Discussão: O texto apenas indica que a atividade não está sujeita ao licenciamento ambiental.

828

829

4) ***“Definição de “Impacto Ambiental de Âmbito Local”: Art. 2, XXXV Sugere-se verificar se é efetivamente adequado o trecho inicial da redação proposta (“não se configura como documento autorizativo para instalação, operação ou ampliação da atividade ou empreendimento”).***

832

Isso porque, em termos concretos, representa o acréscimo de critério subjetivo e casuístico para a definição de atividades sujeitas ao licenciamento municipal, o que é fator de insegurança jurídica.”

834

Discussão: Trecho destacado não consta na minuta de revisão da Resolução CONSEMA nº98, ademais tal definição já foi aprovado pelo plenário do Consema por unanimidade através da Resolução Consema nº 227/2023 que alterou a Resolução Consema nº 117/2017.

836

837

838

5) ***“Inclusão do porte “Mínimo”: Art. 2o, XLIV Trata-se de inovação em relação à disciplina jurídica atual das atividades sujeitas a licenciamento ambiental, pois tal critério não consta da legislação atualmente vigente. Pelo que se pode verificar, por amostragem, a consequência prática da inclusão de tal modalidade de porte implica na inclusão de diversas atividades como sujeitas a licenciamento ambiental (geralmente, por Autorização Ambiental – AuA), em comparação com a sistemática atualmente adotada.***

844

A título de exemplo, tome-se o código 01.54.00 (“granja de suínos – terminação”). Atualmente, somente está sujeito a licenciamento ambiental a atividade com “capacidade máxima de cabeças” igual ou superior a 500 animais. De outra parte, na proposta apresentada, estaria sujeita a licenciamento ambiental (através de AuA) a atividade com “capacidade máxima de cabeças” igual ou superior a 15. Isso significa, uma redução de 90% no porte da atividade, para fins de exigência de licenciamento ambiental (ainda que sob a forma de AuA). Tendo em vista a magnitude das consequências práticas (em termos quantitativos e qualitativos), entende-se que essa matéria (inclusão do Porte “Mínimo”) é ponto que deve ser explicado e debatido com a devida profundidade pelo plenário do Conselho.”

852

Discussão: Referente à inclusão de “Porte Mínimo”, esta foi efetuada devido à adequação ao parágrafo 4º, Art. 29 da Lei Estadual nº 14.675/2009 que não considerou o licenciamento simplificado realizado pela modalidade de licenciamento Autorização Ambiental (AuA), tendo em vista que todas as atividades passíveis de AuA estavam definidas como porte único, mesmo em situações previstas de portes P, M e G. Desta forma foi necessário a adequação da AuA para que o licenciamento simplificado de fase única

857

858 pudesse ser mantido nas atividades onde havia sua previsão. A Secretaria da CTL irá enviar a resposta ao
859 questionamento à Secretaria do Consema antes da reunião plenária.
860

861 6) *“Definições que não têm aplicação específica/expressa na Resolução: Art. 2, XV, XXII, XLVI. A*
862 *princípio, há definições que não têm aplicação expressa nas disposições normativas da Resolução, a*
863 *exemplo dos dispositivos indicados ao lado, o que demanda verificar se se trata de encaminhamento*
864 *juridicamente adequado.”*

865 **Discussão:** Estas definições foram incluídas para proporcionar o entendimento dos técnicos dos órgãos
866 licenciadores para aplicação das atividades licenciáveis.
867

868 7) *“Empreendimentos localizados em mais de um Município: Art. 3, Parágrafo Único. A redação*
869 *proposta se limita a genericamente fazer remissão ao contido na Lei Complementar n.140/11, não*
870 *possibilitando compreender claramente qual a disciplina que se pretende adotar para tais situações*
871 *fáticas, o que pode ser fator de insegurança jurídica. Assim, sugere-se refletir se tal redação é*
872 *juridicamente adequada e suficiente, inclusive, a partir da explicitação de seu objetivo.”*

873 **Discussão:** O dispositivo tem a finalidade de reforçar a sistemática estabelecida na Lei Complementar
874 140/2011, de modo que não é possível especificar o órgão ambiental competente de maneira expressa,
875 não se vislumbrando insegurança jurídica.
876

877 8) *“Regra específica para Condomínios Industriais ou Complexos de Turismo de Lazer: Art. 6, §§ 3 e 4*
878 *(com reflexos no art. 7). Sugere-se verificar se a redação é suficiente clara, em termos jurídicos, para*
879 *evitar a constituição de situação de insegurança. Isso porque, aparentemente, a redação de tais*
880 *dispositivos contém tautologia nos trechos finais (“licenciados pelo órgão ambiental licenciador*
881 *estadual, deverão ser igualmente realizados pelo órgão ambiental licenciador estadual” e “deverão ser*
882 *igualmente realizados pelo órgão ambiental licenciador municipal”), o que deve ser juridicamente*
883 *evitado. A depender do encaminhamento adotado, poderá haver repercussão na redação do art. 7.”*

884 **Discussão:** A redação é redundante propositalmente para não haver dúvida interpretação, evitando-se o
885 fracionamento do licenciamento ambiental entre órgãos ambientais competentes.
886

887 9) *“Licenciamento ambiental “distinto”: Art. 10-A Trata-se de dispositivo que, aparentemente, não foi*
888 *incluído na tabela comparativa enviada, mas se sugere verificar a adequação jurídica da redação*
889 *proposta. Isso porque a redação emprega expressões que não têm conteúdo jurídico claramente e*
890 *previamente definido (“realizadas por pessoas físicas ou jurídicas diversas”, “atividades vinculadas”,*
891 *“atividades em áreas compartilhadas”, “somando-se individualmente em cada um dos licenciamentos”*
892 *etc.), o que é fator de insegurança jurídica. Ademais, quanto à menção a “condomínios”, remete-se ao*
893 *comentário específico, acima.”*

894 **Discussão:** Este trecho destacado não consta na minuta de revisão da Resolução CONSEMA nº98, mas sim
895 na versão anterior já aprovada. Dessa forma, considerando demanda nova, será futuramente apreciada
896 por esta Câmara Técnica de Licenciamento mediante apresentação de maiores informações pelo
897 requerente, visto que não se vislumbrou problemas na sua aplicação desde sua aprovação.
898

899 10) *“Vinculação entre a emissão da LAI/AuA e da AuC: Art. 16, § 1 Sugere-se verificar se a redação é*
900 *juridicamente adequada, notadamente em comparação com o previsto na lei em sentido formal (art.*
901 *38, §§ 1 e 5 do Código Estadual de Meio Ambiente), que contempla a possibilidade de disciplina jurídica*
902 *diversa para o tema (não vinculando a emissão de LAI/AuA à emissão de AuC).”*

903 **Discussão:** Em verificação a legislação supracitada, os membros da CTL entenderam ser adequado ajustar
904 a redação aos §§ 1 e 5 do Art. 38 da Lei 14675 - Código estadual de Meio Ambiente. Sendo assim a
905 Secretaria da CTL realizou a alteração proposta na revisão da Resolução CONSEMA nº 98/2017 para
906 envio à Secretaria do Consema antes da reunião plenária conforme segue:

907 Art. 16. Sempre que, para fins de instalação de um empreendimento ou atividade licenciável, houver a
908 necessidade de autorização de supressão de vegetação, o competente inventário florestal, o
909 levantamento fitossociológico e ainda o faunístico, quando couberem, identificando especialmente as
910 espécies da biota endêmica, raras e ameaçadas de extinção, deverão ser apresentados pelo
911

112 empreendedor e avaliados pelo órgão licenciador juntamente com os demais estudos necessários para
113 fins de obtenção da licença ambiental.

114 § 1º Nos casos em que o pedido de autorização de corte de vegetação estiver vinculado a uma atividade
115 licenciável, a AuC deve ser analisada e expedida conjuntamente com a Licença Ambiental de Instalação
116 (LAI) ou a Autorização Ambiental (AuA) da atividade. Excepcionalmente, a LAI poderá ser emitida de
117 forma parcial, sem a autorização de corte, para locais do empreendimento onde não se fizer necessária
118 supressão de vegetação.

119 § 2º Nos casos em que o licenciamento estiver vinculado, a requerimento do interessado, à análise e
120 emissão de AuC, a LAI poderá ser emitida para parte da atividade ou empreendimento que não necessitar
121 de supressão de vegetação.

122 §3º Qualquer atividade que envolva supressão de vegetação, independente da necessidade de
123 licenciamento ambiental, deverá solicitar autorização junto ao órgão ambiental competente.

124

125 **11) “Prazos para a “prorrogação” e a “renovação” das licenças ambientais: Art. 17, §§ 1 e 2 Sugere-se**
126 **verificar se a redação é juridicamente adequada, notadamente em comparação com o previsto na lei**
127 **em sentido formal (art. 36-A, §§ 2 e 10 ou art. 40, § 5 do Código Estadual de Meio Ambiente), que**
128 **estabelece a distinção entre “prorrogação” e “renovação” das licenças ambientais.”**

129 **Discussão:** A decisão técnica foi baseada § 4º do Art. 13 da Lei Complementar 140/2011, sendo que os
130 grandes empreendimentos e obras públicas são os que mais utilizam destes dispositivos no licenciamento
131 ambiental, o que afetaria o próprio desempenho do Estado em desburocratizar e efetivar os projetos de
132 melhoria da qualidade ambiental em Santa Catarina.

133

134 **12) “Plano de Desativação do Empreendimento: Art. 35-A Compreende-se a razão pela qual houve a**
135 **sugestão inclusão. Entretanto, em termos práticos, representa expressiva ampliação do que está**
136 **previsto na Resolução atualmente vigente, de modo que, no limite, representa algo parecido à inclusão**
137 **de nova modalidade de licença ambiental (“de desativação”). Em razão disso, sugere-se que o tema seja**
138 **destacado na explicação ao Plenário, para a adequada discussão.**

139 **Discussão:** O Plano de Desativação não é fato novo, tendo sido somente esclarecido critérios para a etapa
140 de encerramento, que já são aplicadas pelos órgãos ambientais através de suas instruções normativas e
141 portarias. O objetivo principal foi uniformizar estes critérios e procedimentos adotados, atendendo aos
142 dispositivos do próprio Código Estadual de Meio Ambiente.

143

144 **13) “Emissão de DARE para autorização de destinação final de rejeitos e efluentes “oriundos de outros**
145 **Estados”: Art. 42 Para compreensão da proposta, sugere-se explicar a razão e alcance de tal sugestão,**
146 **pois não foi possível depreender da redação proposta, notadamente porque se tratar de tema já**
147 **disciplinado na lei formal e, de mais a mais, a previsão de emissão de DARE (taxa) no âmbito de**
148 **Resolução (ato infralegal), a princípio, é algo juridicamente inadequado.”**

149 **Discussão:** Respondido à demanda, registrada no item 2.8 desta ata.

150

151 **14) “Regime/Prazo de transição para a incidência das novas exigências: Art. 44 A redação proposta se**
152 **limita a estabelecer o prazo de 1 ano para que os “empreendimentos “em implantação ou operação que**
153 **estão sujeitos a licenciamento” atendam as “diretrizes” da nova Resolução. Sugere-se verificar se tal**
154 **genérica previsão é suficiente, notadamente em termos de segurança jurídica. Por exemplo, ao que**
155 **tudo indica, a minuta de Resolução passa a exigir licenciamento ambiental de diversas atividades novas**
156 **(notadamente, pela inclusão do porte “Mínimo), ou seja, que não estão atualmente sujeitas a nenhuma**
157 **modalidade de licença ambiental (sequer AuA). Assim, o simples transcurso do prazo de 1 ano fará com**
158 **que essas atividades (ainda que já realizadas há muito tempo) passem a ser consideradas ilegais (sem**
159 **licença ambiental), sujeitando-se a sanções penais, administrativas e civis. Noutro exemplo, é possível**
160 **que haja atividades já munidas de licenciamento ambiental, expedido com prazo superior a 1 ano, mas**
161 **que eventualmente não atendam a todas as “diretrizes” da nova Resolução. Assim, o simples transcurso**
162 **do prazo de 1 ano fará com que haja alterações no conteúdo de licenças ambiental já anteriormente**
163 **expedidas (e que ainda tenham prazo de validade superior a 1 ano). Em mais um exemplo, é possível**
164 **que haja atividades já munidas de LAI, mas que foram emitidas sem atender alguma “diretriz” da nova**
165 **Resolução e que tenham a necessidade de buscar a renovação (da LAI) mais de 1 ano após o início da**

966	<i>vigência da nova Resolução. Nesses casos, é possível que haja dificuldade/impossibilidade na</i>
967	<i>renovação da LAIs já expedidas, no momento da renovação, pela aplicação das novas “diretrizes”.</i>
968	<u>Discussão:</u> Respondido à demanda da EPAGRI, registrada no item 2.4 desta ata.
969	
970	<i>15) “Técnica legislativa - Ao que tudo indica, a intenção é promover a revogação da atual Resolução</i>
971	<i>Consema 98/17 (e não alterá-la pontualmente, mantendo sua vigência). Se for isso, sugere-se, em</i>
972	<i>termos de técnica legislativa, verificar se a redação proposta é juridicamente adequada. Por exemplo,</i>
973	<i>se se tratar de diploma legal novo/originário, não é adequada a utilização de “artigos” indicados por</i>
974	<i>conjunto “número/letra” (por exemplo, art. 10-A ou art. 35-A), pois tal expediente somente é aplicado</i>
975	<i>para a inclusão de dispositivo em diploma legal previamente existente.”</i>
976	<u>Discussão:</u> Considerando que a CTL trabalhou prioritariamente com a adequação técnica do texto das
977	Resoluções Consema nº 98/2017 e 99/2017 entende que a Secretaria Executiva poderá adequar a técnica
978	legislativa antes de sua publicação, sem que ocorra alteração do conteúdo estabelecido. Contudo, será
979	ajustado os pontos mencionados pela OAB.
980	
981	<u>Encaminhamento:</u> A Secretaria da CTL irá enviar a resposta dos questionamentos efetuados pela OAB IMA
982	à Secretaria do Consema antes da reunião plenária
983	
984	3. Assuntos diversos:
985	
986	a) A próxima reunião da CTL está agendada para 04/07/24.
987	
988	
989	<u>III - ENCERRAMENTO:</u>
990	Após leitura e aprovação desta ata, esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, a presidente Schirlene
991	Chegatti agradeceu a presença de todos e declarou por encerrada a reunião. A correspondente ata foi
992	relatada por Leticia Lunardi. -----X-----X-----X-----X-----X-----X-----X-----

Schirlene Chegatti
Presidente da CTL
25 de junho de 2024



Assinaturas do documento



Código para verificação: **1E1OE49L**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SCHIRLENE CHEGATTI (CPF: 020.XXX.379-XX) em 04/09/2024 às 15:01:46

Emitido por: "SGP-e", emitido em 08/05/2024 - 18:56:24 e válido até 08/05/2124 - 18:56:24.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VNQUVfMzc3MDZfMDAwMDE0NjZfMTQ2NI8yMDI0XzFFMU9FNDIM> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEMAE 00001466/2024** e o código **1E1OE49L** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.